



Bilbau, 21 de Março de 2011

Conclusões da 5.ª Conferência sobre a Subsidiariedade

Nós, os participantes na 5.ª Conferência sobre a Subsidiariedade organizada pelo Comité das Regiões e o Governo Regional e o Parlamento do País Basco, em Bilbau, a 21 de Março de 2011, e apesar de o Tratado de Lisboa já ter entrado em vigor há mais de um ano,

- **recordamos** que o Tratado reforçou o princípio da subsidiariedade e que a nova definição do princípio inclui explicitamente as dimensões local e regional;
- **sublinhamos**, por isso, o nosso compromisso conjunto de criar e divulgar uma cultura comum de subsidiariedade mediante o fomento da aplicação do princípio da subsidiariedade em todos os níveis de governo na União Europeia, nos seus Estados-Membros e regiões e municípios;
- **apoiamos** o papel da Rede de Observância da Subsidiariedade enquanto pólo de conhecimentos especializados e fórum de intercâmbio sobre questões ligadas à subsidiariedade que contribui para uma cultura comum de subsidiariedade;
- **frisamos** a importância de assegurar o cumprimento do princípio da subsidiariedade assim que possível no processo decisório da UE, logo desde a fase pré-legislativa, nomeadamente mediante a consulta do poder local e regional, entre outros através da Rede de Observância da Subsidiariedade;
- **consideramos** que o impacto territorial das iniciativas da UE deve ser avaliado sistematicamente em todos os casos em que as competências do poder local e regional possam ser afectadas;
- **estimamos** que o sistema de alerta rápido estabelecido pelo Tratado de Lisboa representa uma excelente oportunidade para aproximar a UE dos cidadãos e que os parlamentos e os governos das regiões com poderes legislativos devem reforçar a sua cooperação na monitorização da subsidiariedade neste contexto, com o apoio da CALRE e REGLEG;
- **acreditamos** que a Rede de Observância da Subsidiariedade e a sua futura base de dados REGPEX podem ajudar todas as instituições envolvidas a monitorizar melhor o respeito do princípio da subsidiariedade e a responder às oportunidades e responsabilidades decorrentes do sistema de alerta rápido;
- **chamamos a atenção** para a nossa comunidade de valores e o nosso compromisso de reforçar a governação a vários níveis, colocando os interesses dos cidadãos no centro das acções da UE e reconhecendo o papel fundamental das organizações da sociedade civil neste contexto;
- **estamos convencidos** de que as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa no que se refere à subsidiariedade reforça a legitimidade democrática na UE, no espírito de uma verdadeira governação a vários níveis e no interesse de uma melhor legislação;
- **estamos, portanto, empenhados** em trabalhar em prol de um reforço da cooperação entre instituições, bem como com as organizações da sociedade civil a todos os níveis na UE, a saber, europeu, nacional, regional e local.